



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 55/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

**1- Processo TCE nº 3186/2011 – 3 volumes.**

**Anexos:** Processos 5412/2011e 126/2011.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos.

**4- Exercício:** 2010.

**5- Responsável:** Sr. Elmir Lima Mota, Prefeito Municipal.

**6- Unidade Técnica:** Informação n.º 993/2014-DICAMI.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 656/2014, ratificando o Parecer n.º 1942/2012 – MPC da Exma. Sra. Procuradora de Contas Elissandra Monteiro Freire Alvares.

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos.  
Exercício de 2010.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a  
desaprovação das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** à Câmara Municipal de Boa Vista do Ramos recomendando a **DESAPROVAÇÃO** das Contas da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, exercício de 2010, cuja responsabilidade cabe ao **Sr. ELMIR LIMA MOTA**, conforme o disposto no art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 55/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

**10- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 25 de novembro de 2014.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente) Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**12.1 – Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Auditor-Relator

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**

Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**

Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**

Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**

Procurador-Geral



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 55/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 55/2014)

**1- Processo TCE nº 3186/2011 – 3 volumes.**

**Anexos:** Processos 5412/2011 e 126/2011.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos.

**4- Exercício:** 2010.

**5- Responsável:** Sr. Elmir Lima Mota, Prefeito Municipal.

**6- Unidade Técnica:** Informação n.º 993/2014-DICAMI.

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 656/2014, ratificando o Parecer n.º 1942/2012 – MPC da Exma. Sra. Procuradora de Contas Elissandra Monteiro Freire Alvares.

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos.  
Exercício de 2010.

*Contas irregulares. Procedência da representação formulada no processo 5412/2011. Multas. Prazo. Remessa de cópias dos autos ao TCU e ao MPE. Determinação ao atual gestor.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, **em consonância** com o Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**9.1 – Por entendimento unânime:**

9.1.1 - Julgar irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, que tem como responsável o Senhor Elmir Lima Mota, nos termos dos arts. 22, III, “b” e 25, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 188, II e §1º, III, “b”, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;

9.1.2 - JULGAR PROCEDENTE a Representação formulada nos autos do Processo nº 5412/2011 nos termos do artigo 288 da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, em vista das suspeitas de desvio de finalidade ou outras irregularidades na aplicação desses recursos;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº 55/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 55/2014)**

9.1.3 - Remeter cópia dos autos ao Tribunal de Contas da União, instituição competente para fiscalizar a aplicação de recursos federais, na forma do artigo no art. 72, VI, da CF/88 c/c art. 26, III, da Lei nº 11.494/2007;

9.1.4 - Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual do Amazonas, na forma do artigo 114, inciso III, da Lei nº 2423/96, em razão da possível prática de atos de improbidade administrativa durante a gestão do Senhor Elmir Lima Mota;

9.1.5 - Determinar ao atual Prefeito do Município de Boa Vista do Ramos a adoção das seguintes medidas:

a. Observe todos os ditames da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93), com a apresentação da documentação necessária, primando pela formalização dos contratos de forma adequada e observando a finalidade pública;

b. Observe o cumprimento do art. 4º, §1º e do art. 7º, inciso II, da Resolução nº 10/2012 - TCE/AM, de forma a verificar o prazo de remessa das movimentações contábeis via Sistema ACP/Captura;

c. Dê continuidade nas ações que objetivam a implantação do Sistema de Controle Interno, em obediência aos comandos constitucionais e legais;

d. Providencie o cadastro junto ao TCE/AM no Sistema Auditor/ ACP, a fim de viabilizar o envio *on-line* das exigências contidas na Resolução nº 07/2002;

e. Providencie a elaboração das Atas do Conselho Municipal do FUNDEB e o Parecer do Conselho Municipal do FUNDEB a fim de dar cumprimento às exigências contidas na Resolução nº 04/1998;

f. Observe as disposições contidas no artigo 37, II e IX, da CF/88, remetendo todos os atos de pessoal a esta Corte, nos termos das Resoluções nº 04/1996 e 04/2002 - TCE/AM.

9.1.6 - Determinar à próxima Comissão de Inspeção que verifique se houve a implantação do Sistema de Controle Interno naquele Município.

**9.2 – Por maioria:**

9.2.1 - Aplicar multa ao Senhor Elmir Lima Mota, responsável pela Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, exercício de 2010, no valor de R\$ R\$12.056,33 (doze mil, cinquenta e seis reais e trinta e três centavos), sendo o valor de R\$1.096,03 por cada mês de atraso uma vez que a impropriedade foi constatada em 11 (onze) meses do exercício de 2010, com fulcro no artigo 308, inciso II, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25, de 30 de agosto de 2012, pela inobservância dos prazos regulamentares para remessa ao Tribunal, por meio informatizado dos registros analíticos, **nos meses de janeiro a outubro e dezembro/2010**;

9.2.2 - Aplicar multa ao Senhor Elmir Lima Mota, responsável pela Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, exercício de 2010, no valor de R\$8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25, de 30 de agosto de 2012, por todas as infrações às normas legais apontadas no bojo da Proposta de Voto (Item B, Item C, Item E, Item F, Item G e Item I).

9.2.3 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais (referente às multas dos itens A, B, C, E, F, G e I da Proposta de Voto), com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores das multas deverão



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 55/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 55/2014)**

ser atualizados monetariamente (art.55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02).

9.2.4 - Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei nº 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução nº 04/02.

*Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, pela aplicação de multas pelo atraso no ACP e por ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, em valores tomando como base a Res. nº. 01/2009. Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro pela inaplicabilidade multa pelo atraso do ACP.*

**10- Ata:** 43ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 25 de novembro de 2014.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente) Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**12.1 – Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**

Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**

Procurador-Geral